

CAPITALISMO E ECOLOGIA POLÍTICA: UMA CRÍTICA À SOCIEDADE DE CONSUMO

CAPITALISM AND POLITICAL ECOLOGY: A CRITICISM OF THE CONSUMER SOCIETY

ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR¹

RESUMO

A contemporaneidade, marcada pela era do Capitaloceno, é caracterizada por um colapso ambiental, que ameaça diminuir de forma significativa a biodiversidade do planeta. A degradação da natureza, condição para a existência do modo de produção capitalista, foi apontada como tal, pela crítica marxista. Os neomarxistas continuaram esse pensamento, explanando sobre as questões ambientais relacionando-as com o modo de produção vigente. Por muitas vezes o capitalismo se coloca como a solução para os problemas que o próprio causa à sociedade, tratando o problema ecológico como um efeito colateral. A ecologia política vem apontar como o capitalismo tem em sua estrutura a expropriação ecológica, que é determinada desde a acumulação primitiva, e continua tendo que ocorrer dentro de todo o processo de acumulação capitalista.

Palavras-chaves: Sociedade e Natureza; Propriedade Privada; Expropriação Ecológica

ABSTRACT

Contemporary times, is cheked by Capitalocene age, are characterized by an environmental collapse, that threatens to significantly reduce the planet's biodiversity. The degradation of nature, a condition for the existence of the capitalist mode of production, was identified as such by the Marxist critique. Neo-Marxists continued this thought, explaining environmental issues relating them to the current mode of production. Many times, the Capitalism pose yourself, as the solution to the problems that it causes in society, treating the ecological problem as a side effect. The Political Ecology comes to point out how Capitalism has in its structure ecological expropriation, which is determined from primitive accumulation, and continues to have to occur within the entire all process of capitalist accumulation.

1. Docente do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Mestre e Doutor pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa).

Keywords: Society and Nature; Private Property; Ecological Expropriation

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura nos apresenta questões que assolam o nosso cotidiano. Certamente, uma delas é a emergência relacionada à crise ecológica, que ameaça diferentes espécies que coexistem no globo, inclusive a humana. A origem do colapso ambiental por qual passamos neste momento é o modo de produção capitalista, que de forma desenfreada, explora o ambiente, transformando a natureza em mercadoria.

A precarização que o capitalismo impõe à sociedade perpassa pela expropriação ecológica, que é colocada pelo sistema como se fora uma espécie de efeito colateral. Comumente, o capital, devido ao seu caráter camaleônico, cria termos por meio de elaborações de conceitos relacionados à tecnologia como, “economia verde”, “capitalismo consciente”, entre outros, fazendo com que o sistema capitalista, politicamente, perante a sociedade, não se posicione como o vilão da questão ambiental, mas como o seu herói; não como o culpado pela degradação ambiental, mas como a solução para este problema que é causado pelo próprio sistema produção capitalista. Tais colocações minimizam a relação de exploração que o modo de produção vigente possui com o ambiente. A transformação da natureza em propriedade privada, permite que o proprietário possa fazer o que bem entender dentro dos limites de sua cerca; desde arrancar a vegetação natural até promover a exclusão social, impedindo que as pessoas que vivem da floresta acessem os recursos necessários para reproduzirem a sua existência. A crise ecológica pela qual todos passam (embora alguns percebam e tantos outros finjam não ver) pode ser compreendida pelo pensamento marxista e pelo seu contínuo neomarxista na contemporaneidade.)

A percepção equivocada de que o problema ambiental tem início no último terço do século XX², faz com que a história muitas vezes seja ignorada – prática comum do liberalismo – promovendo uma análise limitada dentro de uma lógica não-dialética. Karl Marx, no decorrer de suas obras, embora não tenha centrado seus esforços sobre o meio-ambiente em sua crítica ao capital, elaborou conceitos

2. Sobre essa afirmação, ver mais em “Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888) (PÁDUA, 2002)

e nos apresentou elementos que permitem enxergar os resultados que o modo de produção vigente implica sobre a natureza. Por meio dessas ferramentas, a Ecologia Política nos permite tratar a questão ambiental à luz da teoria marxista, apresentando elementos que colaboram para a compreensão do colapso ambiental estabelecido em nossa sociedade.

Além desta introdução, este artigo apresenta algumas seções mais. A segunda seção, ainda que brevemente, aborda teoricamente a temática da expropriação ecológica. A seção seguinte analisa o processo de usurpação da natureza e exploração capitalista sobre seres humanos como forma de obter lucro, tendo como resultado maior pressão ambiental. Por fim, sistematizamos nossas conclusões.

A EXPROPRIAÇÃO ECOLÓGICA

Na antiga Prússia, atual Alemanha, no século XIX, os efeitos da lei de cercamento que determinavam a propriedade privada, interferiu diretamente nas relações sociais daquela região. Marx percebeu que a maioria da população carcerária era composta por camponeses que iam às florestas para recolher madeira morta para cozinhar e amenizar o frio. Nessa busca pela madeira, adentravam nas propriedades privadas, o que pela lei local era uma invasão. Os camponeses passaram a serem criminalizados e tachados de “bandidos”, ladrões de madeira, por fazerem o que sempre fizeram por gerações. Nesse cenário, Marx observou o rompimento de um costume necessário para a existência dos camponeses e que os debates legais não estavam concentrados em minimizar o confronto, permitindo de uma certa forma que as instituições socioculturais fossem mantidas, mas sim em fazer valer o direito de propriedade. Marx escreveu em 1842 o livro *Os Despossuídos*, denunciando tal forma de dominação.

Esse ensaio de Marx é reconhecido atualmente por ser um trabalho que trata da expropriação ecológica, embora tal conceito só tenha sido estabelecido no final do século XIX e início do século XX. Vivenciando a expropriação da terra, já em 1844, Marx escreve os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, no qual destaca o conceito de acumulação primitiva e o rompimento do metabolismo sociedade-natureza que permite a exploração do humano por outro humano. Os camponeses tornam-se despossuídos, tendo somente a força de trabalho para vender. Fazer com que a terra fosse transformada em uma mercadoria foi condicional para o desenvolvimento do sistema capitalista. “O capitalismo inicia-se como um sistema de usurpação da natureza” (FOSTER, 2014, p. 88).

Dentro da teoria marxista passou-se então a ser evidenciado o conceito de valor. É pelo trabalho, por meio das transformações físico-químicas de elementos da natureza, que se cria um bem que tem valor ao humano. É certo que no dispêndio de uma labuta, o humano buscará por meio desse processo de transformação material, facilitar a sua vida, portanto, criando o valor de uso. É a criação de valor pelo trabalho, que forma o ser social, e o rompimento desse metabolismo por meio da propriedade privada, faz com que os donos dos meios de produção voltem esse trabalho para produzir o lucro, afastando o trabalho do valor de uso e estabelecendo a soberania do valor de troca. Para fazer isso acontecer, o capital monopolista³ cria novas demandas, deixando a sociedade refém de certas mercadorias produzidas por meio da exploração do trabalho, e que são associadas ao progresso. Isso faz com que o valor de troca seja dominante perante ao valor de uso dentro do sistema capitalista, revelando uma incompatibilidade entre o modo de produção do capital vigente e as condições naturais de produção que remete às necessidades humanas vitais.

Esse processo contraditório permite que o capital se aproprie do que é público, ou seja, que o que tem valor de uso seja determinado a produzir valor de troca. A riqueza pública sempre esteve à mercê do trabalho humano e as riquezas privadas necessitam que os bens sejam escassos para poderem ser transformados em mercadorias. Sendo assim, o capital busca expandir as riquezas privadas e para isso há que se assolar a riqueza pública (FOSTER, 2014). Terras, águas dos rios, nascentes, árvores, animais e plantas e até mesmo o subsolo fazem parte da apropriação capitalista que executa a expropriação ecológica.

Com o discurso de que a propriedade privada tem uma função social⁴, o capital comete atrocidades objetivando o lucro, como por exemplo, fazer com que certas mercadorias se tornem artificialmente escassas em função da produção de outras mercadorias que se apresentam como solução para a falta das primeiras.

Como mencionado, o caráter concentrador do capital, que o converte em monopolista, faz com que ele tenha grande poder de mercado e permite que os proprietários promovam a escassez de forma proposital. São vários os exemplos ao longo da história em todo o globo. No Brasil o maior exemplo foi a queima de grãos de café no início do século XX.

3. Na Segunda Revolução Industrial o Capital deixou de ser concorrencial, revelando o seu caráter concentrador

4. Inclusive este termo está presente na Constituição de vários países, incluindo o Brasil.

Atualmente tais práticas continuam ocorrendo, ainda que com outra roupagem. Para manter os lucros altos dos produtores de *commodities*, por exemplo, e inibirem a estrutural taxa de lucro decrescente dentro do sistema capitalista, o Estado implementa práticas como a renúncia fiscal na compra de insumos e nas exportações, e isenções fiscais como ICMS, PIS, COFINS, e dessa forma os proprietários de terra passam a não pagarem impostos. Percebe-se aqui que a propriedade nada tem de função social como afirma a Constituição. Esta tem apenas função privada, atendendo somente aos donos dos meios de produção (HARVEY, 2016).

O modo de produção vigente que é voltado para a acumulação, tem como característica o desperdício de potencialidades econômicas a partir do momento em que a acumulação capitalista incrementada pela condição da expropriação ecológica comporta-se de forma irracional.

Em geral, a produção capitalista, com toda sua avareza, é absolutamente esbanjadora de material humano; por outro lado, graças ao método da distribuição de seus produtos, lida com os meios materiais de modo esbanjador, perdendo para a sociedade, de um lado, aquilo que, de outro lado, ela ganha para o capitalista individual. (MARX, livro III, 2017, p. 114-115)

A circulação de mercadoria, processo acelerado resultante da ascendência do valor de troca sobre o valor de uso, ocasiona os impactos ambientais perceptíveis na contemporaneidade. A produção de mercadorias dentro do capitalismo caracterizada pela fórmula geral **D-M-D'**, onde o investimento em dinheiro (**D**) direcionado a produção de mercadoria (**M**), gerando mais dinheiro (**D'**), é condicionada dentro deste processo por duas condições: exploração do humano e a exploração dos recursos naturais. O **D-M-D'** para o capitalista, tem que ocorrer o maior número de vezes no menor espaço de tempo possível, para que o mesmo tenha por meio do lucro, rápido acesso a liquidez. E, dessa forma, a mercadoria humana vai sendo extorquida da forma mais vil e a natureza degradada da forma mais imbecil possível.

Sendo a expropriação ecológica o objetivo da degradação ambiental, esta aparece como um elemento condicional do modo de produção capitalista. Conforme a expansão da fronteira agropecuária avança sobre as frentes de expansão, promovendo a acumulação primitiva e implementando a capitalização do campo, a produção de matéria-prima na área rural que é destinada à indústria na cidade, destina não somente o insumo em si, mas toda a preparação para

produção do mesmo como água, nutrientes do solo, fertilizantes naturais, que têm seus ciclos interrompidos e não retornam ao solo, e são transformados elementos poluentes na zona urbana, como gases, rejeitos e dejetos líquidos (MARTINS, 1975; COGGIOLA, 2021).

E todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um processo de esgotamento das fontes duradouras de fertilidade. Quanto mais um país tem na indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, Livro I, 2017, p.573-574)

Elucida-se aqui, nesta seção, a questão conceitual de expropriação ecológica; conceito este nem criado e nem esgotado em Marx, mas alavancado por ele. Salienta-se ainda, que na obra *A Dialética da Natureza*, Engels (2020) tratou da exploração de recursos finitos em larga escala, das mudanças climáticas e também da desertificação do solo.

CAPITALISMO E PRESSÃO AMBIENTAL

O conceito de expropriação ecológica correlacionado a teoria marxista, passou a fazer parte dos estudos ambientais contemporâneos. A ecologia política pensada como o avesso do conceito de desenvolvimento sustentável - este apropriado pelo capitalismo – aponta respostas ao colapso ambiental por qual passamos, por meio dos elementos marxistas, demonstrando o elo existente entre a evolução da degradação ambiental e o modo de produção capitalista.

A concentração de capital acentuada na 2ª Revolução Industrial, permitiu que o desperdício fosse percebido pelos cientistas e pesquisadores que pensam a teoria social, política e econômica. Tal concentração foi alicerçada na usurpação da natureza perante as populações tradicionais, sendo está excluída de todo o processo de produção. Essa prática imperialista imposta em quase todo o globo pelos países dominantes, transformou a riqueza pública em privada, e pasmem, de forma legal. O esbulho e a corrupção passaram a serem institucionalizados e legalizados dentro do capitalismo, tornando-se estrutural dentro ao mesmo. O solo, a fauna e a flora, a natureza em si, foram confiscados em favor da privatização com a anuência política dos governantes dos países colonizados, que são subservientes ao capital imperialista. Ainda que no Capitalismo concorrencial houvesse desperdício devido

a superexploração dos recursos naturais acima da resiliência ecossistêmica, o poder econômico advindo da concentração de capital que tornou-se monopolista em diversos setores, fez com que as empresas ficassem maiores que os Estados nacionais, podendo estabelecer uma espécie de “chantagem econômica” em relação às suas possibilidades de investimentos, abrindo o caminho para *lobbys* e “negociatas” que desembocam em relações promíscuas entre capital e Estado, fazendo com que, por muitas vezes, não saibamos mais quem é quem.

Por essas relações estabelecidas dentro do capital imperialista, setores industriais relacionados diretamente com a extração de recursos naturais como a madeira e ou o petróleo, comandados por monopólios/oligopólios, passaram a fazer com que o desperdício de recursos naturais fosse naturalizado⁵ em favor da acumulação alguns poucos proprietários dos meios de produção (VEBLEN, 1988).

A concentração de capital que empoderou os capitalistas, fez com que o poder de mercado adquirido, fizesse com que a escassez de mercadorias prevalecesse, como vimos na seção anterior. Um dos instrumentos que mantém a sociedade adquirindo mercadorias de forma esquizofrênica, é a obsolescência programada, que consiste em estabelecer no processo de fabricação, um prazo de funcionamento do produto, fazendo com que o mesmo tenha que ser adquirido novamente pelo consumidor em espaços de tempo definidos.

Esse processo de controle e subordinação da sociedade, permite que o capital passe a criar valor de uso em função do valor de troca, fazendo com que as possibilidades de vendas aumentem necessariamente a velocidade do processo de produção (BAUMAN, 2008).

Destacamos e recuperamos Marx, em suas colocações que trazem a produção da mercadoria condicionada a exploração do humano e da natureza. Nesses termos, o aumento da velocidade de produção que surge para atender aos interesses do capital monopolista, faz com que a pressão sobre o ambiente aumente significativamente, a ponto de se tornar uma das maiores (se não a maior) preocupação da humanidade no século XXI.

A pressão ambiental imposta pelo capital, reflete-se no campo na forma de conflitos

5. Quanto ao desperdício, o maior exemplo que temos é advindo da indústria madeireira que desperdiça mais madeiras do que utiliza (O ESTADO..., 2011).

socioambientais. A expansão da fronteira capitalista na busca por insumos, faz com que as instituições do capital encontrem sociedades que provêm a sua existência voltadas para o bem-viver e não para a acumulação.

Tais formas de conflitos, que infelizmente acabam por ser rotineiros na América Latina, principalmente no Brasil, consiste em que o capital quer utilizar a natureza como um insumo para produzir a mercadoria em busca do valor de troca; já as populações tradicionais necessitam da floresta em pé para reproduzir sua existência, dando a esta relação um caráter de valor de uso.

Exemplos de conflitos no Brasil oriundos do avanço do capital principalmente em direção à Amazônia, são caracterizados por assassinatos, tortura, cárcere privado, trabalho escravo entre outros crimes, que são invisíveis aos olhos de quem está subordinado a adquirir uma mercadoria.

Esse processo de percepção social é invisibilizado de forma proposital; sendo que a grande mídia, por fazer parte do modo de produção capitalista, tem parcela significativa na responsabilidade de ocultar as relações de exploração e os conflitos socioambientais que ocorrem no Brasil, principalmente na Amazônia, fazendo com que tudo pareça distante perante a sociedade que pensa ter autonomia sobre as suas prioridades e escolhas.

O objetivo do capital na atualidade é fazer a sociedade consumir, trazendo à mercadoria uma função aparental; e a venda uma ação sínica. Para tanto, publicidades são vomitadas em todas as formas de mídias diariamente, alimentando o fetiche pela mercadoria, aumentando a pressão social em favor da acumulação de mercadorias e a pressão ambiental em favor da produção das mesmas. O consumo, devido ao controle do capital sobre a demanda, passa a ser um critério de diferenciação social.

É também observável que a prestimosidade do consumo como meio de crescer a boa reputação, bem como a insistência sobre o mesmo em sua qualidade de elemento de decência, encontra-se no máximo, naqueles setores da comunidade onde o contato humano do indivíduo é mais amplo e onde é maior a mobilidade da população. O consumo conspícuo reivindica uma parcela relativamente maior de renda da população urbana se a compararmos com a população rural, e essa reivindicação é igualmente imperiosa. O resultado é que, a fim de manter uma aparência decente, a primeira vive com o "cinto apertado", e isso numa medida muito maior do que a última. Acontece, por exemplo, que o lavrador, sua mulher e filho são notoriamente menos elegantes no trajar, bem como de maneiras menos citadinas, do que a família do trabalhador urbano de igual renda. Não que a população urbana seja por natureza mais ávida do peculiar

desvanecimento do consumo conspícuo, nem que a população rural tenha em menos conta a decência pecuniária. Mas o estímulo a essa linha de evidência, bem como a sua eficácia transitória são mais afoitas na cidade. A esse método, pois, se ocorre com maior prontidão, e na luta para superarem-se uns dos outros, a população citadina impele o seu padrão normal de consumo conspícuo a um ponto mais alto, com o resultado de exigir-se um dispêndio relativamente maior nesse setor, com indicação de um determinado grau de decência pecuniária na cidade. O padrão de decência é mais alto de classe para classe, e deve-se viver à altura dessa aparência de decência, sob a pena de perder-se a casta (VEBLEN, 1988 p. 43).

As mercadorias, principalmente as relacionadas ao consumo conspícuo, servem como uma ferramenta do capital que instala o fetiche da mercadoria na sociedade. Para que um consumidor se sinta superior ao outro, o capital atrela às mercadorias um alto grau de desperdício, provocando a atração consumista em elementos que aumentam o preço final do bem a ser consumido. Muitas mercadorias têm a maior parte de seu custo ligadas as embalagens e a publicidade, fazendo com o que o valor de uso, ou seja, a mercadoria em si, seja inferiorizado perante o valor de troca. Por muitas vezes, a mesma mercadoria, porém com embalagens diferentes e com publicidade distintas, tem preços finais díspares, servindo somente como uma forma de se manter em uma certa "casta" como afirma Veblen, atestando o conceito de fetiche da mercadoria de Marx, e dessa forma, o consumo é subordinado às forças de produção, onde o desperdício tornou-se um instrumento fundamental para o capital (FOSTER, 2014).

Com os custos da mercadoria baseado no valor de troca, determinando a transformação do valor no elemento mercadoria, o desperdício foi sendo cada vez mais naturalizado na sociedade de consumo construída pelo capital. A publicidade, embalagens, a obsolescência programada, gastos bélicos e militares, foram sendo disseminados pelo sistema capitalista após a 2ª Guerra Mundial (BARAN; SWEEZY, 1966).

Ainda, relacionado as vendas, pesquisas foram desenvolvidas nessa área, estabelecendo formas de abordagens que facilitam o consumo, fragmentando e criando habilidades de interpelações de acordo com setores e segmentos distintos. A profissão de coaching ou de palestrante que "ensina" vendedores sobre como fazer o maior número de vendas possíveis, ganha corpo na atualidade, e o processo de transacionar mercadorias passa a ser tratada como se fora uma arte.

Portanto, a irracionalidade existente no modo de produção voltado para a acumulação, faz com que o desperdício institucionalizado seja pago pela

sociedade em geral e não pelos donos dos meios de produção. As externalidades negativas geradas pelo capitalismo e seu desperdício, faz com que as grandes corporações dividam o custo da produção de mercadorias com a população em geral, enquanto os lucros ficam com os capitalistas. A poluição dos rios, do ar, das águas, da terra, da fauna e da flora, oriunda do “moinho de produção” acaba por adoecer muitas pessoas que nem consomem a mercadoria que originou o dejetos que as acometeram. E para tanto, esses custos não são internalizados pelas empresas poluidoras, mas sim dispendidos pela sociedade que sofre os danos (SCHNAIBERG, 2002).

Diante da crise ecológica estabelecida, Schnaiberg (2002), afirma que a elaboração de políticas públicas voltadas ao controle demográfico, tecnologia ambiental, fiscalizações e compromisso ambientais voltados à mitigar as mudanças climáticas, em nada irá afetar o colapso ambiental por qual passamos, pois o Estado invariavelmente atua nas consequências, não se comprometendo a atuar na causa que é o “moinho de produção”. Trazendo novamente à discussão a fórmula geral do capital **D-M-D'**, e expandido-a para **D-M...P...M'-D'**, onde **(P)** é o processo de produção que transforma a mercadoria **(M)** em uma mercadoria de maior valor **(M')**, por meio da exploração do humano e da transformação dos recursos naturais, processo no qual onde de fato o valor é criado, atesta-se a crítica da ecologia política que é voltado ao “moinho de produção”, que aumentando cada vez mais a sua velocidade e a sua escala produtiva, extrapola a capacidade de resiliência do planeta Terra, que embora não pareça, é um só.

Por isso, é correto assumir que para solucionar o problema ecológico é necessário intervir para desacelerar, parar, reverter e eventualmente desmantelar o “moinho de produção”, que está particularmente, no centro do sistema (FOSTER, 2014, p. 99).

Percebe-se aqui que não há razão para tratar a questão ambiental como algo numérico, quantificado, mas sim por uma dialética interdisciplinar que coloca a vida e o ambiente em no primeiro plano ótico, fazendo com que elementos qualitativos como o valor de uso seja protagonista em uma sociedade que se padronize por elementos voltados à vivência e não ao desperdício.

CONCLUSÃO

A contemporaneidade, marcada pela era do Capitaloceno, é caracterizada por um colapso ambiental, que ameaça diminuir de forma significativa a biodiversidade

do planeta. A degradação da natureza, condição para a existência do modo de produção capitalista, foi aqui analisada a partir dos referenciais marxistas. Foi isso que nos permitiu perceber, e descortinar, que o capitalismo se coloca como a solução para os problemas que ele mesmo causa à sociedade, como que se o problema ecológico fosse um mero efeito colateral, independente da lógica capitalista de produção de mercadorias e busca do lucro.

O colapso ambiental apresentado neste trabalho reflete a necessidade da percepção marxista para compreender como elementos que outrora tinham sua significatividade atrelados ao valor de uso como a água, o ar, terra, fauna e flore, tornaram-se riquezas privadas, que por meio do esbulho excluem pessoas de terem acesso a tais elementos que são vitais para a vivência, afetando a dignidade e a decência de grande parte da sociedade, precarizando a existência da classe trabalhadora.

A expropriação ecológica passa a ser percebida após o rompimento do metabolismo sociedade-natureza, fazendo com que a questão ambiental, em conjunto com a exploração do trabalho, dívida pública e a propriedade privada, componha o processo de acumulação primitiva promovido pelo modo de produção vigente, por meio da expansão da fronteira do capital.

Por tudo que foi exposto aqui, identifica-se a emergência de atuarmos diretamente na dissolução da causa do problema, o “moinho de produção”, implementando uma nova sociedade baseada na igualdade social, antes que o capitalismo acabe com tod@s.

REFERÊNCIAS

BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BAUMAN, Z. **Vida de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

COGGIOLA, O. **Teoria Econômica Marxista**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOSTER, J. **A Ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HARVEY, D. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Os Despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Desperdício de Madeira Nativa na Amazônia chega a 60%**. 30 de junho de 2011.

PÁDUA, J. A. **“Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SCHNAIBERG, A. **Environment and Society: The enduring Conflict**. Caldwell: Blackburn Press, 2002.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Texto submetido em 22/12/2022

Aceito para publicação em 04/02/2023